

**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**  
**FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA**  
**LICENCIATURA EM ANTROPOLOGIA**

**Discursos sobre Património Cultural: um estudo a partir de  
narrativas de visitantes da Fortaleza de Maputo**

**Candidata:** Maria Madalena Rangel

**Supervisor:** Emídio Vieira Salomone Gune

**Maputo, Outubro de 2017**

**Discursos sobre Património Cultural: um estudo a partir de narrativas de visitantes da  
Fortaleza de Maputo**

Trabalho de Culminação de Estudos na modalidade de projecto de pesquisa submetido ao Departamento de Arqueologia e Antropologia como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciatura em Antropologia na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane

A candidata

---

Maria Madalena Rangel

Supervisor

Presidente

Oponente

---

Maputo, Outubro de 2017

**Declaração de originalidade**

Declaro que este projecto de pesquisa é original e nunca foi apresentado, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau académico, e que ele constitui o resultado da minha investigação, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

---

Maria Madalena Rangel

Maputo, Outubro de 2017

## **Dedicatória**

Dedico este trabalho a minha família. A minha mãe, que também é amiga e encorajadora, ao meu pai que mesmo de maneira indirecta sempre esteve presente. Aos meus irmãos que sempre mostraram-se disponíveis a dar uma mão nos meus desafios académicos.

## **Agradecimentos**

Quero agradecer, em primeiro lugar ao meu orientador Emídio Gune por ter-me ensinado a fazer uma pesquisa de campo e a pensar antropológicamente. Agradeço pela sua disponibilidade imediata para poder me escutar e ajudar com as suas interessantes e valiosas sugestões. As suas críticas e correcções tornaram possível a elaboração deste projecto. O meu muito obrigado!

A todos os docentes do Departamento de Arqueologia e Antropologia da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, obrigado pelos ensinamentos dados durante os quatro anos de duração do curso.

Sou grata a Deus que deu-me saúde e iluminou os meus passos nesta caminhada. Aos meus pais, Madalena Alfredo Rafael e António Rafael Rangel agradeço pelo seu encorajamento, aos meus irmãos Euclides Rangel, Rafael Rangel, Geraldina Rangel, Hermenegildo Rangel, Tibúrcio Rangel, António Rangel Júnior e Madalena Rangel pelo apoio, a minha sobrinha Jessie Jaze e as minhas cunhadas Márcia Balane, Sheila Siteo, Fernanda Banze e Isalina Sousa que deram todo apoio possível.

Aos participantes do estudo e aos funcionários da Praça Nossa Senhora da Conceição, pela disponibilidade e paciência em receber-me e aceitar participar deste estudo. As minhas amigas Marta Mapanzene, Lucília Nascimento, Etelvina Languana, Edna Languana e a Dionilde Cuamba, obrigado pela força e apoio.

Aos meus colegas de turma de Antropologia 2013, ao grupo seis e em especial aos meus colegas Sandra Ussene, Joaquina Muchinga, Heocadia Matavel, Alberto Jó Matazues, Hedson Neill, Yolanda Manganhe, Venâncio Cumaio, Carla Cossa, Américo Zandamela e Nildo Afonso, obrigado pelas conversas tidas durante a formação académica.

Obrigado a todos!

## **Resumo**

A presente pesquisa analisa discursos de um grupo de visitantes sobre a Fortaleza de Maputo. Da literatura analisada sobre o património cultural identifiquei três perspectivas das quais, a primeira entende que o museu é um lugar onde a memória permanece sem alterações, o que leva-a a ser considerada estática, a segunda entende que a memória é reconstruída a cada dia o que torna-a dinâmica e a terceira entende o museu como um lugar de questionamentos.

Essa literatura se por um lado permite compreender que o património cultural é um lugar que predomina uma história única, estática, um lugar dinâmico em que a memória é reconstruída a cada dia e um espaço de questionamento, por outro lado fica por compreender discursos que os indivíduos produzem na interacção com esse património.

Diante desse cenário fiz uma pesquisa etnográfica na Praça Nossa Senhora da Conceição, vulgo Fortaleza de Maputo. Com base nos resultados da mesma compreendi que os indivíduos consideram que a Fortaleza constitui uma memória favorável aos portugueses, porque a maior parte do património ali exposto foi usado pelos portugueses e é omissa quanto a história dos moçambicanos, porque faltam exposições dos feitos, conquistas e objectos moçambicanos. Outros consideram que a história da Fortaleza de Maputo representa a história que sucedeu no espaço moçambicano, o que torna em um património que representa os moçambicanos.

Os resultados apresentados permitem considerar a Fortaleza como um espaço onde convivem narrativas concorrentes sobre o património ali presente, diferentemente da literatura que analisa o património como algo estático ou que tem diversidade apenas ao longo do tempo.

**Palavras-chave:** Narrativa, memória e património cultural.

## Índice

Declaração de originalidade.....	1
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos .....	iii
Resumo .....	iv
1. Introdução .....	1
2. Revisão de Literatura .....	4
3. Quadro teórico conceitual .....	13
3.1. Teoria .....	13
3.2. Conceptualização .....	13
4. Procedimentos Metodológicos.....	16
4.1. Processo de recolha de dados.....	16
4.2. Processo de registo, tratamento e análise de dados.....	17
4.3. Participantes da pesquisa .....	18
4.4. Constrangimentos no processo de pesquisa.....	19
5. Diversidade de discursos sobre a Fortaleza de Maputo .....	20
5.1. Localização, caracterização e breve historial da Fortaleza de Maputo.....	20
5.2. O quotidiano na Fortaleza de Maputo.....	25
5.3. A Fortaleza de Maputo como um “exagero” da dominação colonial portuguesa.....	27
5.4. As “omissões” do património cultural na Fortaleza de Maputo .....	31
5.5. A Fortaleza de Maputo como retrato da conquista de Moçambique .....	34
6. Considerações Finais .....	36
Referências.....	38

## 1. Introdução

A presente pesquisa analisa discursos de um grupo de visitantes sobre a Fortaleza de Maputo. O interesse no assunto surge no contexto das minhas participações nos Seminários<sup>1</sup> promovidos pelo Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA) da Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS).

Numa das sessões, do dia 31 de Março de 2015 o debate foi sobre o Património Cultural como uma Indústria Cultural. Nessa sessão discutiu-se a pretensão de certas pessoas em construir um restaurante em um espaço considerado património cultural moçambicano, esse assunto foi um dentre vários outros assuntos abordados na mesma sessão. A ideia de construir um restaurante foi considerada como algo que pode tirar o sentido original daquele lugar como património cultural, por tratar de um lugar que tem uma própria história que apenas precisa de ser conservada de modo a não deixar o lugar degradar fisicamente para que gerações futuras possam conhecer o lugar e a sua verdadeira história.

Com esse debate em conta considereei a possibilidade de analisar o sentido dado a transformação de um bem patrimonial, num lugar que têm própria estrutura física e história que fez dela ser património cultural moçambicano. Para tal, dirigi-me a um local considerado património cultural, a Praça Nossa Senhora da Conceição vulgo Fortaleza de Maputo, localizada na Avenida Samora Machel próximo ao Porto, na baixa da cidade de Maputo.

Durante o processo inicial de recolha de dados, algumas conversas com os visitantes da Fortaleza chamaram minha atenção. Nas referidas conversas alguns visitantes diziam que a Fortaleza de Maputo conta a história de Portugal, e outros diziam que a Fortaleza conta a história de Moçambique e tem que ser preservada para que as gerações posteriores possam conhecer a história do lugar. Os exemplos que seguem ilustram algumas dessas conversas.

*“A Fortaleza representa para Maputo e principalmente para Moçambique um espaço histórico e é importante porque representa a nossa história e temos que cuidar porque nossos filhos*

---

<sup>1</sup> Os seminários do DAA são realizados quinzenalmente no edifício da FLCS no Campus principal da Universidade Eduardo Mondlane. Os mesmos constituem um espaço de debate sobre temas das ciências sociais e humanas.

*precisam conhecer essa história quando os portugueses estavam aqui”* (Victor, trabalhador, residente no bairro de Benfica, natural de Maputo, conversa na Fortaleza, 13.10.2016).

*“Na Fortaleza têm objectos feitos pelos portugueses que foram trazidos de outras províncias, podiam também colocar nossas armas tradicionais para que esta e outras fortalezas em Moçambique não contem apenas a história de Portugal”* (André, estudante, residente no bairro Central “B”, natural da Zambézia, conversa na Fortaleza, 25.08.2016).

A partir destas conversas, nas quais parte dos visitantes considera que a Fortaleza conta apenas a história dos portugueses e outros consideram que conta a história dos moçambicanos, decidi alterar o assunto e passei a questionar-me sobre os discursos dos visitantes sobre o exposto na Fortaleza.

Para o efeito analisei literatura sobre património cultural na qual identifiquei três perspectivas. A primeira entende que o museu é um lugar onde a memória permanece sem alterações, o que leva-a a ser considerada estática, a segunda entende que a memória é reconstruída a cada dia o que torna-a dinâmica e a terceira entende o museu como um lugar de questionamentos.

A referida literatura se por um lado permite compreender que o património cultural é um lugar que predomina uma história única, estática, um lugar dinâmico em que a memória é reconstruída a cada dia e um espaço de questionamento, por outro lado fica por compreender discursos que os indivíduos produzem na interacção com esse património.

A partir dos dados analisados percebi que os participantes da pesquisa consideram que a Fortaleza constitui uma memória favorável aos portugueses, porque a maior parte do património ali exposto foi usado pelos portugueses e é omissa quanto a história dos moçambicanos, porque faltam exposições dos feitos, conquistas e objectos moçambicanos. Outros consideram que a história da Fortaleza de Maputo representa a história que sucedeu no espaço moçambicano, o que torna em um património que representa os moçambicanos.

Os resultados deste estudo podem ser usados para a compreensão do Património Cultural num espaço de diversidade, onde num mesmo tempo pode haver a possibilidade de as pessoas terem formas distintas de entendimento de um bem patrimonial o que permite alargar a compreensão sobre a Fortaleza.

O presente estudo está organizado em seis partes. A primeira parte é composta pela introdução, onde apresento a problemática de pesquisa e a estrutura do trabalho. Na segunda parte apresento a revisão de literatura. Nesta parte mostro as principais linhas de reflexão sobre o assunto e as respectivas limitações.

Na terceira parte apresento o quadro teórico e conceptual onde descrevo a teoria e os conceitos adoptados no âmbito do trabalho. Na quarta parte descrevo os procedimentos metodológicos com referência ao processo de recolha, registo, tratamento e análise de dados, participantes do estudo e constrangimentos enfrentados no campo de pesquisa.

Na quinta parte mostro a localização e caracterização da Fortaleza e, apresento o historial da Fortaleza de Maputo, explorando a sua importância histórica por meio de narrativas oficiais. De seguida apresento e analiso os dados da pesquisa em três secções. Primeiro descrevo sobre o quotidiano dos indivíduos na Fortaleza, na segunda secção mostro os discursos dos indivíduos que dizem haver um exagero na história da Fortaleza a favor dos portugueses, na terceira secção apresento os discursos sobre omissão de bens moçambicanos na Fortaleza, e na quarta e última secção apresento os discursos dos indivíduos que dizem que a Fortaleza representa a conquista dos moçambicanos. Por fim na sexta parte do trabalho apresento as considerações finais.

## **2. Revisão de Literatura**

Da literatura analisada sobre os museus identifiquei três perspectivas, das quais a primeira entende que o museu é um lugar onde a memória permanece sem alterações, o que leva-a a ser considerada estática (Nora, 1989), a segunda entende que a memória é reconstruída a cada dia o que torna-a dinâmica (Connerton 1989; Inguane 2007; Peralta 2007) e a terceira entende o museu como um lugar de questionamentos (Abreu 2008; Anico 2005; Duarte 2013).

O autor que subscreve a primeira perspectiva é Nora (1989) que defende o museu como um lugar onde a memória cristaliza. Para o autor os discursos que os indivíduos produzem nas comemorações que tem organizado e realizado nos museus, são um sinal de desaparecimento da memória viva.

De acordo com Nora (1989) nessas comemorações os indivíduos revivem a história do passado com o seu sentido tradicional de uma memória imutável. A explicação de Nora (1989) permite compreender que os museus foram concebidos como uma forma de proporcionar repouso a memória sobre uma história única, estática e objectiva que é revivida através das comemorações realizadas nesses lugares que respeitam o seu significado original. Entretanto, essa explicação perde de vista outros significados que os indivíduos produzem ao interagirem uns com os outros e com os objectos e histórias que o lugar conta.

Para a primeira perspectiva ao considerar os museus como lugar de cristalização da memória, sendo que essa memória é imutável perde de vista os discursos frutos da interação e interpretação dos indivíduos nos museus com relação as histórias que estes lugares contam e a conceptualização dos museus em cada contexto.

Com um enfoque diferente da primeira perspectiva, a segunda entende a memória como um processo dinâmico. Esta perspectiva defende que a memória como um processo dinâmico cria uma fonte de concursos sociais, razão pela qual estão sujeitos ao controle social especialmente por elites políticas, religiosas e outras que tentam estabelecer continuidades entre o presente e o passado, considerando ainda que no período moderno as elites nacionais têm inventando rituais

que reivindicam a continuidade com um passado histórico adequado a organização de cerimónias, desfiles e festas (Connerton, 1989).

A explicação de Connerton (1989) permite compreender que os museus têm realizado eventos que proporcionam a continuidades das práticas culturais entre o presente e o passado que conferem a dinâmica do lugar, e que esse mesmo lugar é regido por uma autoridade. Entretanto, fica por compreender o impacto desses eventos de forma a gerarem mudanças nos museus.

Com uma posição similar a de Connerton (1989), Inguane (2007) defende que a construção da memória social é corrente em Moçambique, especialmente na forma de memória nacional promovida pelo Estado. A construção contínua no período pós-colonial é feita por meio da produção e celebração dos heróis nacionais.

Inguane (2007) defende ainda que, o Estado constrói memória nacional através da produção de uma narrativa nacional em que os espaços estão abertos para a produção de outras narrativas relacionadas e conflituantes, e que o envolvimento de não-elites moçambicanos abre caminhos para a dinâmica transaccional da memória social que transcendem os limites do Estado moçambicano da temporalidade histórica comum e entendimento tradicional de pertences.

Com base na explicação de Inguane (2007) percebo que existe um órgão que produz uma narrativa, havendo espaço para produção de outras narrativas por parte de outros indivíduos não-elites e este aspecto abre caminho para a dinâmica da memória. Mas nesta explicação fica por compreender os mecanismos pelo qual os indivíduos usam para produzir e enunciar as outras narrativas.

Na mesma linha de discussão, Peralta (2007) defende que existe uma relação entre a memória oficial e a memória popular, por isso a memória social não pode ser vista apenas como resultado de estratégias do poder dominante. As memórias estão vinculadas em discursos que estão em constante revisão, incorporando práticas discursivas alternativas, as quais podem, elas próprias, transformar, a medida que a sua popularidade aumenta, nestes mesmos discursos dominantes.

Ainda de acordo com a autora, a ordem política deve ser concebida como um espaço de contestação, dinâmico e fluido, que reflecte o constante conflito entre as formações sociais dominantes dos poderes governantes e as formações sociais marginalizadas e não de uma forma monolítica, unívoca ou totalizadora. É a interacção entre estes actores, entendida enquanto processo hegemónico de dominação ideológica e de resistência, que define o conteúdo da memória em cada momento (Peralta, 2007:19-20).

Se por um lado a explicação de Peralta (2007) permite compreender que os conteúdos difundidos pelos museus são subjectivos, temporários e envolvem discursos de diferentes segmentos da sociedade, por outro lado, fica por compreender os aspectos que definem a mudança das narrativas a cada época.

À semelhança de Peralta (2007), Foucault (1977) defende que a memória enquanto formação discursiva suporta um determinado regime de verdade que encontra-se em permanente revisão. Não considera ser possível a emergência de uma verdade única, universal e hegemónica que exerça um domínio sobre toda a sociedade, concedendo sempre um espaço à resistência e a negociação de significados. E é nesse sentido que formula o conceito de “contra-memória”, incluindo na análise das representações do passado a voz daqueles que foram silenciadas e marginalizadas pelos discursos dominantes.

A explicação de Foucault (1977) permite compreender que as relações de poder estão em todos os níveis de existência e operam em vários contextos da vida social, e esse poder está distribuído, o que permite a negociação de significados que definem o conteúdo da memória a cada momento. No entanto, fica por compreender os processos que medeiam o consenso entre os discursos dominantes e outros significados.

Diferentemente de Foucault (1977) e Peralta (2007), Bourdieu (1989) fala do poder simbólico, que é capaz de construir uma realidade. Acredita que o campo da produção simbólica é um microcosmo da luta simbólica entre as classes e que ele é uma forma transformada, irreconhecível, transfigurada e legitimada das outras formas de poder. A explicação de Bourdieu (1989) permite compreender o museu como um campo simbólico que é regida por determinados

tipos de poder, entretanto, fica por compreender que tipos de poderes simbólicos compõem esses lugares.

Enquanto John (2012) analisa as estruturas de poder dentro da ciência arqueológica, e denuncia que a arqueologia sempre manteve estreitos vínculos com os sistemas de representações das sociedades, legitimando a ordem política estabelecida principalmente através de sistemas místicos e simbólicos. A ciência arqueológica serviu como instrumento de poder principalmente quando utilizada pelas instituições sociais e pela política a fim de criar determinados simbolismos do passado histórico, que efectivamente só tomam consciência pela descoberta e preservação de monumentos.

John (2012) citando Ribeiro afirma que a vivência de um período histórico marcado por uma legislação democrática garante que novas perspectivas possam ser construídas em vista da rememorização de uma história mais significativa especialmente de quem e para quem historicamente foi deixado de lado como os mais pobres, os explorados e os dominados. A explicação de John (2012) permite compreender que apesar da existência de uma ciência com o poder legítimo para preservar as culturas do museu há espaço para a criação de novas histórias envolvendo indivíduos alheios a instituição, mas fica por compreender os aspectos que permitem esse diálogo entre os órgãos que detêm o controlo dos museus e os indivíduos dominados.

Na mesma linha de discussão Karlstrom (2013) refere que é impossível impor um ideal conservacionista em contextos e mundos em que um ideal não conservacionista pode prevalecer, defende que, os significados e conceitos de conservação do património diferem em cada contexto. Para a autora, o problema da conservação reside na herança cultural que os profissionais, arqueólogos e gerentes dos patrimónios criam porque acham que as ideias conservacionistas são universais e ignoram as opiniões locais.

Para tal, a autora apresenta o termo restauração que refere-se ao acto de devolver algo ao seu estado autêntico ou original sem adicionar material novo e, em contextos em que as adições são permitidas elas devem ser distinguíveis do original. Contudo, Karlstrom (2013) afirma que tanto a reconstrução, restauração e a conservação dos bens, visam manter a autenticidade e o sentido

de originalidade. Em contextos onde a restauração é feita, o valor do objecto não tem haver apenas com a forma física ou tecido pois elas são preservadas, o que conta e é importante é o significado do objecto, o valor e o prestígio espiritual que pode ser monumental ou algo intangível.

A explicação de Karlstrom (2013), permite compreender que o património é algo criado, destruído e recriado. O processo de restauração dos bens é algo contextual, e os discursos dos patrimónios envolve as vozes dos grupos locais. Cria-se algo novo, mas o prestígio e significado do objecto mantêm e pode ser algo intangível, mas fica por compreender se os significados dos bens patrimónios são sempre os mesmos.

Com uma abordagem diferente, Wahome, Kiruthu e Mwangi (2016) explicam como movimentos representados pelos membros das comunidades quenianas reclamavam o reconhecimento da história de Mau-Mau como um bem patrimonial significativo, que contribuiu para a independência do Quénia. O regime colonial britânico, o regime pós-colonial, o governo Kenyata e as elites do governo queniano tendiam a suprimir as recordações dos mau-mau.

Segundo os autores, esses regimes apelavam para uma história em que a humilhação, dor emocional e dor física da comunidade queniana eram mais difundidos. E considerava-se que essas acções eram para não expor os segredos e jogos desempenhados pela classe política e assim forjar uma nação unida.

Ainda segundo os autores, a comunidade local reclamava a inventariação de bens patrimoniais tangíveis e intangíveis dos locais de mau-mau. Essas memórias públicas tinham que ser documentadas em benefício da memorização do Quénia. Wahome, Kiruthu e Mwangi (2016), mencionam que o regime Kibak considerou essas memórias públicas de mau-mau que significou, o reconhecimento e levantamento do estado silencioso. Esse reconhecimento dos heróis, passou a fazer parte da constituição do Quénia, e passou-se a enfatizar a ideia dos valores nacionais.

A explicação de Wahome, Kiruthu e Mwangi (2016), permite compreender que as questões dos bens patrimoniais são regidas por relações de poder onde, o reconhecimento de um bem como

património depende de quem tem o controlo da instituição. Percebo ainda, que actores de diferente status estão envolvidos nas discussões sobre o que deve ou não ser considerado património. No caso do Quénia, o reconhecimento do património reivindicado levou a institucionalização dos tais bens e a valorização dos valores nacionais a partir das memórias públicas. No entanto, fica por compreender o significado dos bens patrimoniais anteriores após a inclusão dos bens reivindicados.

Alternativamente Abreu (2008), refere que numa época em que os museus eram baseados em conceitos dominantes e constituídos a partir de bens seleccionados pelos ocidentais, surge em Amazonas no Brasil, um Museu constituído pela comunidade local Ticuna. A partir da exposição existente no museu de fotografias e livros com imagens dos indígenas a fazerem a confecção de máscaras rituais, um indígena levou as imagens e foi apresentar a comunidade para replicar os objectos.

Ainda de acordo com Abreu (2008), os objectos seriam colocados no museu e colocariam os nomes de quem fez o objecto. O objectivo desta acção era recuperar as antigas tradições e técnicas artesanais em desaparecimento. Nesse âmbito, foram feitos os objectos e seleccionaram alguns e colocaram no museu.

Segundo a autora, os próprios índios é que realizaram o levantamento das peças. Essa prática tornou-se um marco porque o museu era sobre tudo uma instituição ocidental. Os objectos escolhidos para o museu tinham maior significação cultural para os ticunas e tornou-os visíveis por meio de objectos locais e a partir de uma selecção de objectos que excluem o poder e autoridade. Deste modo, os índios ticunas conquistaram um espaço social e cultural.

A explicação de Abreu (2008) por um lado permite compreender que a partir das imagens dos livros e fotografias em exposição, foi possível reconstituir os objectos que estavam em desaparecimento. Esta acção incorporou um modelo de museu em que a comunidade local, esteve envolvida de maneira integral na selecção e fabrico dos objectos que iam fazer parte do museu. Por outro lado, fica por compreender o tipo de critério que a comunidade utilizou na selecção dos objectos que passaram a fazer parte do museu.

Diferentemente de Abreu (2008), Johnston (2014) a partir de um estudo de caso feito na Austrália, fala da significância social e defende que o património é cada vez mais, concebido como algo plural, dinâmico, mais abrangente, inclusivo e atrai cada vez mais atenção e reflexão crítica. Para o autor, a relação entre as pessoas e lugares ainda é visto pelos profissionais como distração a conservação real. A desvalorização entre pessoas e os lugares é fácil especialmente quando essas pessoas têm poder limitado para defender-se, porque a incorporação de outros tipos de avaliação patrimonial envolve desafios de dimensões políticas.

No entanto, Johnston (2014) menciona que a incorporação da significância social nos quadros legislativos e regulamentares da avaliação patrimonial começa a ser considerada na actualidade. Os significados e os valores não reconhecidos, a cada ano atraem interesse dos profissionais dos patrimónios.

A explicação de Johnston (2014) permite compreender que há coisas ou lugares que não fazem parte do património, mas que tem significado social. Os significados atribuídos pela sociedade com relação ao que eles consideram como bem cultural a integrar nas avaliações sobre o património, começa a ser considerado para a avaliação dos tipos patrimoniais e a própria legislação começa a incluir aspectos da significância social. Por sua vez, fica por compreender os aspectos de negociação desses significados entre as pessoas e os profissionais que conservam e avaliam o que é ou não um património.

Nesta segunda perspectiva os autores defendem que os conteúdos que compõem os museus são renovados a cada momento ou época. E independentemente das formas de poder que predominam nos museus, os indivíduos subalternos que não participavam na produção das narrativas dos museus, na actualidade tem encontrado espaço para negociar essas narrativas através de atribuição de outros ou novos significados. E estes aspectos fazem com que os museus sejam lugares dinâmicos. Mas esta perspectiva deixa por compreender os aspectos que vinculam os processos de negociação.

Quanto a terceira perspectiva as autoras defendem o museu como um lugar de questionamento. Duarte (2013), defende que os museus eram organizados pelas elites sociais e intelectuais das instituições burguesas e europeias, posteriormente esse modelo é contestado por meio de questionamento as narrativas presentes nos museus.

Defende ainda que com a emergência de uma nova postura epistemológica onde a interpretação é distinguida por valorizar os significados e conteúdos contextuais, os fundamentos e concepções dos museus, as narrativas por si veiculadas e as representações sobre as culturas deixam de ser tidas como certas ou verdadeiras e passam a questionar o seu carácter objectivo (Duarte, 2013).

A explicação de Duarte (2013) se por um lado, permite compreender que a informação produzida nos museus tem sido reivindicada, o que mostra alterações ou mudanças que estes lugares têm registado a partir de questionamentos que os indivíduos fazem as narrativas e representações culturais por outro lado, fica por compreender o impacto das histórias alternativas na conceptualização daquilo que é um museu.

Na mesma ordem de ideias Anico (2005) defende, que os museus nasceram num contexto de construção do Estado-Nação que apelava para formas de centralização de poder e para a construção de histórias culturais dos objectos nacionais e universais.

De acordo com a autora, o facto de os museus suportarem conceitos universais autorizados por uma autoridade cultural com o poder de legitimar as narrativas, fez com que os museus fossem questionados. Fruto desses questionamentos, alguns museus passaram a incluir versões alternativas e/ou ocultas, associadas as vivencias de indivíduos excluídos.

O entendimento de Anico (2005) permite compreender a componente negocial das narrativas entre as instituições que preservam os museus e os indivíduos subalternos. No entanto, fica por compreender os aspectos que antecedem a negociação das versões a incluir nos museus.

Abreu (2008) que também subscreve esta perspectiva, considera os museus com um lugar de questionamento. Abreu (2008) defende que a institucionalização das ciências sociais gerou

questionamentos que fez surgir novos modelos de museus etnográficos que tinham como foco, o estudo das culturas e a construção de alteridade para aspectos imateriais e simbólicos.

Deste modo, no século XIX os museus privilegiavam informações sobre as condições de vida, problemas sociais e a arte cultural. E os museus eram vistos como instrumentos de luta para afirmação de um lugar com ênfase na noção de igualdade e universalidade (Abreu, 2008).

Ainda de acordo com Abreu (2008), através de movimentos sociais os nativos começaram a criar os seus próprios museus com intenção de afirmar a existência dos seus artefactos e coloca-los na vida quotidiana. E passam assim a reivindicar a afirmação da identidade étnica nos museus. A explicação de Abreu (2008) permite compreender o museu como uma instituição cultural de afirmação de identidade. Entretanto fica por compreender que tipos de grupos sociais estão envolvidos nesses movimentos sociais que reivindicam a participação na produção das narrativas e exposições culturais.

No geral se por um lado esta perspectiva permite compreender os museus como um lugar onde os indivíduos produzem discursos que culminam em questionamentos sobre as narrativas difundidas pelos museus, objectos expostos e a identidade étnica, deixa de lado a explicação sobre as componentes que os indivíduos accionam em cada contexto que os permite negociar e incluir as histórias alternativas.

De modo geral, da literatura analisada se por um lado permite compreender que o património cultural é um lugar que predomina uma história única, estática, um lugar dinâmico em que a memória é reconstruída a cada dia e um espaço de questionamento, por outro lado fica por compreender discursos que os indivíduos produzem na interacção com esse património.

### **3. Quadro teórico conceitual**

#### **3.1. Teoria**

Na presente pesquisa adopto a teoria interpretativista. A teoria interpretativista defende que os aspectos da vida social são construídos socialmente pelos actores que moldam os significados a partir de eventos e fenómenos que acontecem no processo de interacção social (Bispo, 2010).

As acções e palavras dos indivíduos devem ser encaradas como interpretações pois, traduzem o sentido que eles usam para definir o que lhes acontece. Assim, os significados das descrições das culturas devem ser encarados como construções dos nativos, sobre as coisas que lhes rodeiam (Geertz, 1989).

Nesta pesquisa o interpretativismo permitiu-me compreender o tipo de conhecimento que os indivíduos produzem sobre o que está exposto na Fortaleza de Maputo na qual mencionam que a Fortaleza é um lugar que conta uma história favorável aos portugueses, e é omissa história dos moçambicanos. Por sua vez, também é um lugar em que os indivíduos contemplam uma história presente no território moçambicano.

#### **3.2. Conceptualização**

Nesta pesquisa adopto os conceitos de memória, questionamento, património cultural, discurso e narrativa que explico a seguir.

##### **Memória**

Nesta pesquisa utilizo o conceito de memória proposto por Halbwachs (1992) que afirma que a memória colectiva é um passado vivido, constituído pela sucessão de acontecimentos ou momentos marcantes na vida do grupo, nação, país, e que possibilita a construção de uma narrativa sobre o passado. Para Halbwachs (1992), o facto de a História ser algo relativo que depende de quem escreve a tal história, leva-o a considerar a memória social como algo dinâmico, mutável e selectiva.

## **Questionamento**

Questionamento é o acto de fazer questões sobre, pôr em causa ou contestar algo (Dicionário da língua portuguesa, 2003).

## **Património Cultural**

O património é definido por Silva (2012) como um elemento que ocupa um espaço ou sentido mais restrito, familiar, voltado para o lado privado e particular.

Enquanto Rodrigues (2011) define o património cultural como um atributo colectivo fundamental na construção da identidade social e cultural que reflecte na materialização da identidade desse grupo ou sociedade. O património faz recordar o passado, sendo assim uma manifestação, um testemunho e uma convocação do passado.

Definição mais explicativa de património cultural é apresentado por Gonçalves (2007) que define o património cultural como um atributo através das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo que as transformam em património. O património tem que estar ligado a uma esfera social para que esta lhe conceda sentido dentro de um determinado tempo e espaço e posteriormente podem se tornar património cultural ou podem ser patrimonializados. Neste sentido o património cultural está ligado a estruturas familiares, religiosas, económicas e jurídicas.

Para a presente pesquisa uso o conceito de património cultural proposto por Gonçalves (2007) entendido como um atributo pelo qual os indivíduos narram sua memória e identidade.

## **Discurso**

De acordo com Foucault citado por Azevedo (2013) discurso é um conjunto de regras anónimas, históricas sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época e para uma área social, económica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa.

Diferente dessa definição que possibilita compreender a componente enunciativa do discurso, Chauradeau e Maingueneau citados por Dezan (2011) definem o discurso como o lugar no qual um texto encontra outros textos do seu próprio contexto, o que nos remete a importância dos contextos sócio-históricos.

Com uma definição diferente das anteriores está a definição apresentada por Fairclough citado por Dezan (2011) para o qual discurso é um modo de acção, maneira pelo qual as pessoas permitem-se agir sobre o mundo e sobre os outros indivíduos, construindo o mundo em significados.

Ainda para Fairclough citado por Dezan (2011), o discurso tem alcance em toda a sociedade devido a sua inserção em todas as práticas e eventos sociais em que os indivíduos participam, eventos sociais em que as práticas sociais são engajadas pelos indivíduos na negociação de significados e construção do mundo. Esse conceito permite compreender indivíduos activos que constroem significados sobre aspectos da vida social.

Nesta pesquisa uso o conceito de discurso proposto por Fairclough citado por Dezan (2011) para analisar o conjunto de acções e construções do meio em que os indivíduos frequentam no seu dia-a-dia.

### **Narrativa**

Sodré (1988) citado por Santos e Barrera (2015) define narrativa como um discurso capaz de evocar através da sucessão de factos, um mundo dado como real ou como imaginário, situado num tempo ou espaço determinado. Para o autor, a narrativa centra-se no relato sobre um facto ou acontecimento onde há personagens que actuam e um narrador que relata a acção, conceito que uso neste projecto de pesquisa.

#### **4. Procedimentos Metodológicos**

A presente pesquisa é do tipo etnográfico exploratório. Realizei a pesquisa em três etapas complementares sendo que na primeira etapa recolhi os dados exploratórios, na segunda etapa fiz a revisão de literatura e por fim na terceira etapa fiz análise dos dados.

Na primeira etapa recolhi os dados exploratórios. Onde fiz observação directa, conversas informais e entrevistas aos participantes no período de Novembro de 2015 a Outubro de 2016. No trabalho exploro discursos dos visitantes, guias e funcionários da Fortaleza sobre a representação da Fortaleza como património cultural tendo em conta as narrativas e objectos expostos. Ouvei as conversas que esses indivíduos têm quando estão na Fortaleza e o seu conhecimento sobre a história do lugar.

Na segunda etapa de revisão de literatura, consultei obras sobre narrativas nos lugares considerados património cultural na biblioteca do Departamento de Arqueologia e Antropologia, na biblioteca Central Brazão Mazula da Universidade Eduardo Mondlane, na biblioteca da Fortaleza de Maputo e em *sites* da internet. E na última etapa analisei os dados.

##### **4.1. Processo de recolha de dados**

Nesta etapa recolhi os dados na Fortaleza de Maputo. Recolhi os dados a partir da observação directa, conversas informais e entrevistas.

Fiz a observação na Fortaleza de Maputo durante os dias do seu funcionamento de segunda-feira a domingo. Observei a interacção dos visitantes, funcionários e guias entre si e com o que esta exposto na Fortaleza.

A observação directa permitiu descrever o comportamento dos indivíduos que frequentam a Fortaleza e a interacção destes com a Fortaleza. E a análise dessa descrição possibilitou a identificar regularidades no comportamento dos visitantes quando circulam pela Fortaleza e o comportamento dos funcionários no período que exercem as suas funções, e a relação dos visitantes uns com os outros, com os funcionários e com os guias. E também foi possível captar os discursos que os indivíduos produzem sobre os objectos e narrativas encontradas na Fortaleza.

Durante o processo de observação mantive conversas informais com os visitantes, guias e funcionários. Nas referidas conversas colocava questões sobre a representação da Fortaleza como património cultural. Estas conversas permitiram a familiarização com o contexto da pesquisa e a identificar os participantes da mesma.

Realizei as conversas no jardim, nos compartimentos da Fortaleza de Maputo e em uma das residências da Universidade Eduardo Mondlane. A conversa que realizei na residência iniciou na Fortaleza, e depois combinei com o participante para ter uma outra conversa e ele escolheu o local para a conversa.

Outros dados recolhi a partir de conversas em grupo realizadas na Fortaleza de Maputo com alunos do ensino básico da Escola Secundária de Lhanguene, voluntários da Associação de Crianças da Manhã e Polícia Militar. Os mesmos tinham idades que variavam dos 11 aos 48 anos.

No que tange as entrevistas, realizei na Fortaleza de Maputo. Entrevistei os visitantes e guias durante e após a visita. As entrevistas com os funcionários aconteciam no momento que estes exerciam as suas funções e na hora de descanso. Fiz as referidas entrevistas no jardim da Fortaleza. As entrevistas permitiram compreender a história da Fortaleza contada pelos visitantes bem como, os questionamentos e sugestões.

#### **4.2. Processo de registo, tratamento e análise de dados**

Para o campo levava comigo sempre um caderno de notas. No caderno de notas registei todo tipo de informação que observava e a informação que os visitantes, guias e funcionários forneciam por meio das conversas e entrevistas.

Após a observação do dia com as notas registadas no caderno, transcrevia para um outro caderno para facilitar a leitura. Lia sistematicamente o caderno de notas com o objectivo de encontrar regularidades nos discursos dos informantes. E também, a partir das notas transcritas para o caderno elaborei questões que guiaram as conversas e entrevistas.

No processo de análise de dados, agrupei os discursos comuns e criei títulos consoante as informações que eram enunciados pelos indivíduos que frequentam a Fortaleza.

### 4.3. Participantes da pesquisa

Na tabela abaixo apresento o perfil dos participantes da pesquisa.

<b>Nome</b>	<b>Idade</b>	<b>Naturalidade</b>	<b>Residência</b>	<b>Ocupação</b>	<b>Local da Entrevista</b>
André	25	Província da Zambézia	Bairro Central B	Estudante do ensino superior	Residência da UEM
Fátima	19	Província de Inhambane	Bairro Alto Maé	Estudante do ensino médio	Residência da UEM
Joana	27	Província de Maputo	Bairro da Liberdade	Trabalhadora de instituição pública	Fortaleza de Maputo
Marcelo	24	Província de Gaza	Cidade da Matola	Estudante do ensino superior	Fortaleza de Maputo
Mateus	31	Província de Maputo	Zona Militar	Funcionário de instituição privada	Fortaleza de Maputo
Sara	33	Província de Maputo	Bairro da Malanga	Trabalhadora de instituição pública	Fortaleza de Maputo
Victor	29	Província de Maputo	Bairro do Benfica	Trabalhador de instituição pública	Fortaleza de Maputo

Na presente pesquisa foram usados nomes fictícios como forma de reservar a verdadeira identidade dos participantes da pesquisa.

#### **4.4. Constrangimentos no processo de pesquisa**

Durante a realização da pesquisa na etapa de recolha de dados tive um constrangimento. O constrangimento emergiu no dia que pedi ao funcionário da Fortaleza para tirar notas no livro de sugestões da fortaleza. O funcionário disse que não cabia a ele autorizar porque no livro têm informação interna deixada pelos visitantes que colocam os seus próprios nomes e contactos. Só podia retirar as notas com a autorização do auxiliar administrativo que não estava na Fortaleza naquele dia e o funcionário não tinha informação de quando ele ia aparecer.

A espera pela autorização atrasou o meu plano de actividades. Para contornar o problema fiz a leitura das anotações deixada pelos visitantes no livro de sugestões sem transcrever para o meu caderno de nota enquanto aguardava pela autorização que levou duas semanas e três dias. Após a autorização para transcrever as anotações, pude analisar melhor os argumentos dos visitantes e seleccionar os mais regulares e enquadrados com a minha pesquisa.

## 5. Diversidade de discursos sobre a Fortaleza de Maputo

### 5.1. Localização, caracterização e breve historial da Fortaleza de Maputo

A Fortaleza está localizada na Avenida Samora Machel próximo ao Porto, na baixa da cidade de Maputo. A sua frente a Praça 25 de Junho e lateralmente entre as ruas de Ngungunhane e Timor Leste.

No que refere a sua organização, a Fortaleza de Maputo dispõe de duas entradas, a primeira esta de frente a Rua Timor Leste e a segunda entrada está do lado da Avenida Samora Machel. No seu interior estão instalados os objectos ou peças que parte delas são integrante do Museu Histórico Militar em diferentes compartimentos e no jardim da Fortaleza. Na parte externa aos compartimentos da Fortaleza podem ser encontrados objectos que incluem canhões de ferro e de bronze, metralhadoras de diversos calibres, munições ou projecteis.

Pode ser visto ainda, o Candinho em ferro, uma representação escultórica da cavalaria portuguesa, um carro de campanha militar (velha carroça), uma réplica do padrão de São Gregório, duas lápides tumulares, um Busto em Bronze de Trigo de Morais<sup>2</sup>. E ainda na parte externa, pode ser visto uma estátua de governador colonial de nome Mouzinho de Albuquerque<sup>3</sup> e um comissário régio colonial António Enes<sup>4</sup> (Figura 1).

---

<sup>2</sup> António Trigo de Morais parte de Portugal para Moçambique em 192, para analisar os rios Búzi e Limpopo, onde desenvolveu uma proposta para o aproveitamento agrícola do Rio Limpopo. Morreu em 1966 em Lisboa e os seus restos mortais foram transportados para Lourenço Marques, tendo sido enterrados no cemitério da Aldeia da Barragem, no Colonato do Limpopo. Informação disponível em <https://delagoabayword.wordpress.com/.../>

<sup>3</sup> Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque foi um militar português que exerceu as funções de governador do distrito de Gaza e governador-geral de Moçambique. O militar destacou-se nas campanhas de África por ter levado a prisão o chefe dos Vátuas Ngungunhane, BARRETO, I. (2007). *Mouzinho de Albuquerque e Ngungunhana: um estudo de caso do processo de construção de heróis nacionais em Portugal e Moçambique*. Rio de Janeiro, pp 1-176.

<sup>4</sup> António José de Orta Enes foi formado no curso superior de letras, foi um político jornalista, escritor e administrador colonial português. Exerceu na colónia de Moçambique a função de comissário régio durante a rebelião tsonga na região sul de Moçambique, FRAGA, L. (2008). *A guerra de África em 1895: Uma leitura estratégica*. Portela de Sacavém. Pp 1-41.

**Figura 1: Estátuas de António Enes e Mouzinho de Albuquerque**



Fonte: Maria Rangel, jardim no interior da Fortaleza, 02/09/2017

Numa das paredes é possível ver a integração de alguns painéis escultóricos em alto-relevo de representações das campanhas militares de ocupação do território moçambicano e a de prisão de Ngungunhane, imperador de Gaza, nos finais do século XIX.

Dentro dos compartimentos há uma divisão onde encontra-se uma sala dedicada a Ngungunhane como ilustra a figura 2.

**Figura 2: Sala dedicada a Ngungunhane**



Fonte: Maria Rangel, sala interna da Fortaleza, 02/09/2017.

A figura a esquerda retrata a urna que contem os restos mortais de Ngungunhane<sup>5</sup> e a imagem ao lado é de Ngungunhane com as suas esposas. Esse objecto e imagem estão expostas na sala dedicada a vida e obra de Ngungunhane.

Para além dessa sala, pode ser visto num outro compartimento uma sala de piano, duas salas de exposição/galerias de arte, uma sala que actualmente acolhe uma exposição temporária sobre a vida e obra de Eduardo Mondlane, uma sala que funciona um centro de interpretação ou biblioteca da Fortaleza e onde estão expostas imagens de algumas lápides e duas salas que funcionam como área administrativa e dois balneários.

Na sua estrutura administrativa, a Fortaleza dispõe de uma curadora, auxiliar administrativo, guia, recepcionista e segurança, cada um com sua função. A Fortaleza de Maputo funciona todos os dias incluindo os feriados das nove horas e trinta as dezassete horas. O acesso a Fortaleza é concedido mediante ao pagamento de vinte meticais, montante não cobrado aos estudantes devidamente identificados com traje escolar ou com cartão de estudante e visitas marcadas pelas instituições ligadas aos órgãos públicos ou privados.

Em termos históricos, segundo a informação disponível na entrada da Fortaleza, a Fortaleza de Maputo é um monumento nacional relacionado com a história da presença portuguesa em Moçambique e com as relações e resistências oferecidas pelos habitantes das terras das margens da baía. A lei 10/88 de 22 de Dezembro assegura a protecção legal deste monumento que é parte integrante do património cultural moçambicano.

A sua história remota aos finais do século XVIII quando iniciou a construção da primeira fortificação portuguesa na baía, num contexto de rivalidade comercial entre diversos países europeus que incluem os franceses, holandeses, austríacos e ingleses (Folheto de Fortaleza, S/D).

---

<sup>5</sup> Ngungunhane foi o último imperador do Império de Gaza. O seu reinado como imperador estendeu-se de 1884 a 1895, uma governação que iniciou num momento crítico para África pois coincidiu com a realização da Conferência de Berlim 1884-1885, BARRETO, I. (2007). *Mouzinho de Albuquerque e Ngungunhana: um estudo de caso do processo de construção de heróis nacionais em Portugal e Moçambique*. Rio de Janeiro, pp 1-176.

Oliveira (1965) explica como as fortificações iniciais foram estabelecidas na baía após a exploração de Lourenço Marques e afirma que essas fortificações no espaço envolvente a baía de Lourenço Marques, Tembe, Inhaca, rio de Manhiça ou Incomáti, eram simples grupos de palhotas paliçadas e acampamentos temporários de pessoas que iam anualmente comerciar em Moçambique. De acordo com o autor, houve uma frequente sucessão de países que controlavam a baía de Lourenço Marques num ambiente de rivalidades até a permanência definitiva dos portugueses.

Ainda de acordo com o mesmo autor, de 1721 a 1723 a baía de Lourenço Marques era ocupada pelos holandeses que edificaram um pequeno forte denominado “Forte Lagoa” que mais tarde foi reformado e ampliado e denominou-se “Lydzaanhei” que significa liberdade. Nesse mesmo período os portugueses pretendiam mandar uma fragata para desalojar os ocupantes da baía de Lourenço Marques, mas esse projecto de ocupação portuguesa foi posta de lado porque os holandeses estavam desiludidos com o comércio na baía, e já sem esperança de atingirem desse ponto as minas de ouro abandonaram espontaneamente Lourenço Marques. E os portugueses também perderam o interesse (Oliveira, 1965).

O autor realça que por volta de 1777-1778, a baía foi ocupada pelos austríacos, que estabeleceram em Inhaca uma feitoria fortificada. Em 1781, finalmente a expedição de Godinho de Mira, organizada em Goa, expulsou os austríacos da baía e fundou-se, então o estabelecimento português (Oliveira, 1965).

Botelho (1934) explica que depois da chamada Baía da Lagoa a Fortaleza passou a ser designada de Praça da Nossa Senhora da Conceição, e afirma que houve nessa Praça uma sucessão de governadores portugueses e a povoação portuguesa foi coberta por uma linha de defesa.

Ainda de acordo com o mesmo autor no século XIX houve novas rivalidades de resistências locais. As crescentes investidas dos guerreiros Nguni e vátuas-cafres provenientes do Reino de Gaza. A necessidade do reforço da fortificação deveu também a esses ataques que assolavam o presídio ou o povoamento de Lourenço Marques. Houve que improvisar uma reconstituição da linha de defesa com barricadas de madeira e zinco e arame farpado (Botelho, 1934).

De acordo com Oliveira (1965) não se sabe quando começou a construção da fortificação em pedra, mas a primeira notícia de que têm é de 1811, onde José António Caldas que era arquitecto e engenheiro militar da coroa portuguesa, entrega ao governo de Lourenço Marques o informe ao seu sucessor, referindo a construção da muralha: “à praça ficava em parte do mar de muralha de pedra, feita a minha custa”.

Os anos 1884-1885 foram considerados como um novo contexto que conduziu a várias campanhas militares visando a conquista de Moçambique. A prisão de Ngungunhane, em 1895, simboliza essa conquista, mas também a resistência encontrada em diversos pontos do território.

Após a Conferência de Berlim, deu-se o processo da ocupação territorial e montagem da administração colonial. Durante esse período da dominação e no âmbito do programa de salvaguarda do património cultural português no ultramar, precisamente nos meados da década de 40, a Fortaleza de Maputo foi reconstruída seguindo o traçado da anterior e instalou-se nela o primeiro Museu Histórico Militar da cidade, inaugurado em Outubro de 1955, que retratava a história da ocupação militar portuguesa em Moçambique. Esta terá funcionado até pouco depois da independência nacional de Moçambique (Folheto da Fortaleza, S/D).

Desde a independência nacional, em 1975, a Universidade Eduardo Mondlane tem sido a guardiã da Fortaleza. A UEM realiza obras regulares de conservação e restauro do monumento e oferece diversos elementos de interpretação da história da ocupação e resistência. Para além disso, a Fortaleza abre as suas portas a múltiplas realizações sociais e culturais, constituindo igualmente um importante atractivo turístico da cidade (Idem).

De acordo com Joana o nome oficial do museu continua sendo a Praça Nossa Senhora da Conceição, a denominação Fortaleza de Maputo é um nome que as pessoas têm adoptado desde o período da independência. Referiu que a instituição que tutela o local considera a denominação Fortaleza de Maputo no âmbito da divulgação do espaço por meio de panfletos, folhetos e nos *sites* da internet (Joana funcionaria e guia da Fortaleza, conversa na Fortaleza, no dia 13.08.2016).

## **5.2. O quotidiano na Fortaleza de Maputo**

Este subcapítulo traz uma imagem do quotidiano na Fortaleza de Maputo. Mostro os relacionamentos dos funcionários com os visitantes, dos visitantes entre si e com relação ao lugar, as imagens e objectos expostos na Fortaleza. Apresento também as actividades que a Fortaleza realiza e como os indivíduos interagem nessas actividades.

A Fortaleza abre as portas as nove horas e trinta da manhã e fecha as dezassete horas. Os funcionários quando chegam, vão para um compartimento onde deixam os seus pertences e alguns ficam nesse mesmo lugar e outros saem para outras divisões da Fortaleza que incluem a porta que dá acesso a Fortaleza, a área da biblioteca da Fortaleza, a área administrativa e a parte externa dos compartimentos que compõe o jardim da Fortaleza, onde alguns ficam sentados nos bancos que fica por debaixo de uma árvore e outros circulam pelo jardim e pelos compartimentos fazendo a limpeza do espaço.

Durante o período de funcionamento da Fortaleza, há momentos que os funcionários que encontram-se nos compartimentos saem e ficam nos bancos da parte externa dos compartimentos e no jardim. Nesse espaço os funcionários conversam, mexem nos telefones, falam ao telefone, escutam música a partir dos seus telefones, lêem livros e jornal. Quando chega uma pessoa o recepcionista levanta em direcção a porta para falar com a pessoa que está a entrar, o segurança por vezes também levanta e dirige-se a entrada.

Os indivíduos que visitam a Fortaleza quando encontram os funcionários no jardim questionam a eles sobre os objectos do recinto, e a Joana que é funcionária guia da Fortaleza responde as questões algumas vezes sentadas e outras vezes acompanha e vai mostrar aos visitantes sobre o assunto questionado.

A Fortaleza de Maputo recebe por dia uma média de 23 visitantes desde curiosos, funcionários públicos e privados, alunos de escolas da cidade e província de Maputo que vão por interesses académicos e interesses pessoais e indivíduos que participam em determinadas exposições e cerimónias realizadas naquele local.

Os visitantes quando entram na Fortaleza circulam pelo espaço, apreciam os objectos, apontam e tocam estátuas, tiram fotos dos objectos e tiram fotos deles próprios ao lado dos objectos, entram nos compartimentos e apreciam o que esta dentro, leem o que esta escrito nas estátuas, criptas e nas paredes da Fortaleza.

Durante a visita os indivíduos conversam entre eles quando estão dois ou mais, outros conversam com a funcionária Joana que conduz as visitas quando estes questionam algo e outros conversam com os guias contratados que lhes explicam sobre a história da Fortaleza de Maputo. As referidas conversas entre os visitantes, funcionários e os guias são sobre os objectos que encontram-se na Fortaleza e a informação divulgada sobre os mesmos.

Alguns visitantes, principalmente os que entram na Fortaleza sozinhos, após circularem pelo local e apreciarem, dirigem-se a um dos compartimentos da Fortaleza onde assinam o livro de sugestões ali disponível para o efeito.

Depois da visita, alguns visitantes sentam nos bancos, outros visitantes sentam e conversam sobre as fotos que tiram e sobre as imagens que tem na Fortaleza, mexem no telefone, lêem livros, fumam cigarros, comem pão, bolo, chips, tomam sumo ou refrescos. Outros visitantes saem logo após circularem pela Fortaleza.

Para além das visitas individuais e em grupo a Fortaleza de Maputo tem realizado eventos culturais. A Fortaleza realiza cerimónias em celebração aos dias históricos de Moçambique, cerimónia em celebração aos dias de Museu, cerimónias em homenagem a figuras nacionais, exposições temporárias de heróis nacionais, de arte e de cinema.

Nos referidos eventos, os indivíduos para além de conversar sobre os elementos que compõem o evento, apreendem a história da Fortaleza e discutem sobre as exposições da Fortaleza. A título de exemplo na cerimónia em celebração ao dia das forças armadas de Moçambique, ocorrida no dia 25 de Setembro de 2016 os participantes circulavam pela Fortaleza olhavam e falavam dos objectos e depois reuniram-se em uma das salas da Fortaleza onde um participante falava da história dos portugueses na Fortaleza e os armamentos usados naquele período.

Em outro evento desta feita em homenagem a Ngungunhane, ocorrida no dia 22 de Dezembro de 2015 os participantes também começavam por circular pelo espaço e conversar sobre o que viam, com destaque para locais onde estão expostos a memória dessa figura onde faziam orações. Após as orações os participantes dirigiram-se para um dos compartimentos da Fortaleza, onde falaram da vida e obra de Ngungunhane.

A funcionária da Fortaleza, Joana, explicou que *“a família de Gaza anualmente faz uma cerimónia em homenagem a Ngungunhane, e estes têm como prova evidente os espíritos de Ngungunhane e a partir desta convicção fazem a cerimónia de invocação dos espíritos e falam com os seus antepassados de modo a terem forças para continuar as suas conquistas como um povo guerreiro”* (Joana funcionaria e guia da Fortaleza, conversa na Fortaleza, no dia 13.08.2016).

### **5.3. A Fortaleza de Maputo como um “exagero” da dominação colonial portuguesa**

Nesta secção analiso narrativas de indivíduos que frequentam a Fortaleza e defendem que há um exagero na história da Fortaleza a favor dos portugueses. Um dos exemplos que permite compreender essa explicação foi partilhado por André,

*“Na Fortaleza têm objectos feitos pelos portugueses que foram trazidas de outras províncias (Fig.3), podiam também colocar nossas armas tradicionais para que esta e outras Fortalezas em Moçambique não contem apenas a história de Portugal”* (André, estudante, natural da Zambézia, conversa na Fortaleza, no dia 25.08.2016).

**Figura 3: Coluna da Fortaleza de São Caetano de Sofala**



Fonte: Maria Rangel, jardim no interior da Fortaleza, 02/02/2017.

O exemplo de André permite compreender que a Fortaleza de Maputo e outras Fortalezas de Moçambique, somente contam a história dos portugueses. A esse propósito a imagem acima representa uma peça da coluna de pedra que foi transferida da Fortaleza de São Caetano de Sofala que era uma Fortaleza portuguesa, para a Fortaleza de Maputo. O facto de essa coluna estar na Fortaleza de Maputo reforça a ideia de que os objectos expostos no lugar favorecem aos portugueses. A semelhança de André, uma visitante escreveu uma informação similar no livro de sugestões da Fortaleza, que apresento a seguir,

*“Foi a minha primeira vez na Fortaleza, achei muito pobre, as armas expostas e as estátuas somente contam a história de Portugal”* (Depoimento de uma visitante retirado do Livro de Sugestões, 08.09.2016).

Para a visitante, o facto de a Fortaleza ter em exposição as armas e estátuas dos portugueses, a história que o lugar conta reflecte somente a eles. Outro exemplo foi partilhado por Mateus e que apresento a seguir,

*“Ngungunhane é a única figura que nos representa aqui na Fortaleza, podemos ver a imagem de sua captura que revela um momento de derrota e fraqueza, e o caixão que simboliza os seus restos mortais...como a fortaleza foi construída pelos portugueses, influenciou para que as imagens de Ngungunhane mostrassem apenas o momento de sua captura, morte que são momentos que ele está sem acção, que glorifica mais os portugueses”* (Mateus, professor, residente na Zona Militar, natural de Maputo, entrevista na Fortaleza, no dia 15.10.2016).

De acordo com a explicação de Mateus, a imagem de Ngungunhane representa os moçambicanos na Fortaleza. Entretanto, ao dizer que Ngungunhane é a única imagem, permite perceber uma situação de minoria em termo de representação das imagens por parte dos moçambicanos em comparação com imagens dos portugueses e apesar da imagem em causa ser de um moçambicano, Mateus afirma que sua representação na Fortaleza glorifica os portugueses por mostrar o momento de captura do Ngungunhane (Figura 4)

**Figura 4: Pannel escultório da prisão de Ngungunhane, imperador de Gaza**



Fonte: Maria Rangel, jardim na parte interna da Fortaleza, 02/09/2017.

Por sua vez Fátima também partilhou uma informação similar ao de Mateus,

*“A Fortaleza conta a partir das imagens a história de ocupação colonial, e as imagens dos militares portugueses e as armas que eles usaram reflectem esse momento...a imagem fixa da Fortaleza que representa os moçambicanos é Ngungunhane, outros militares da nossa luta quando estão na Fortaleza, só aparecem em forma de exposições temporárias”* (Fátima, estudante, residente no bairro Alto Maé, natural de Inhambane, entrevista na residência da UEM, no dia 22.10.2016).

A partir do exemplo da Fátima podemos perceber que na Fortaleza há somente uma imagem permanente a representar os moçambicanos e as outras imagens dos militares moçambicanos, aparecem por meio de exposições temporárias. Por sua vez Sara, apresentou outro discurso,

*“Um dia deixei minha opinião no livro de sugestões, e no livro escrevi apenas não gostei da visita... não quis me alongar na escrita...fiquei triste porque este lugar é muito bonito e merece ser conservado, ver as armas usadas antigamente, as munições de ferro e as estátuas é muito brilhante, mas essas imagens reflectem apenas a história dos portugueses aqui na Fortaleza”* (Sara, trabalhadora, residente no bairro de Malanga, natural de Maputo, entrevista na Fortaleza, no dia 13.08.2016).

De acordo com Sara, a exposição dos objectos do passado na Fortaleza reflectem apenas a história dos portugueses onde as armas, munições de ferro e estátuas são a clara evidência da representação portuguesa, o que é uma desilusão para ela porque, o lugar é bonito e merece ser conservada.

A análise dos dados nesta secção mostra que, os visitantes consideram que a memória que a Fortaleza expõe é exageradamente favorável aos portugueses. Para os visitantes, o museu apresenta expostos objectos como armas, estátuas e munições do período da guerra usados pelos portugueses, e isso reflecte a memória de Portugal. Esse facto leva os visitantes a considerarem que mesmo com a exposição de Ngungunhane que é enunciado pelos participantes da pesquisa como representante dos moçambicanos, a Fortaleza continua a ser favorável aos portugueses pois, as etapas apresentadas sobre essa figura mostram os momentos de derrota e fraqueza para os moçambicanos.

Os participantes enunciam que o facto de a Fortaleza ter sido construída pelos portugueses influenciou na maneira como os objectos estão apresentados. Da literatura analisada sobre esse assunto, também menciona como certos regimes dentre eles, o regime colonial, o pós-colonial, a ciência arqueológica e as elites dos governos influenciaram para um tipo de história favorável a uma classe política (Abreu 2008; John 2012; Wahome, Kiruthu e Mwangi 2016). No caso da Fortaleza de Maputo, o favoritismo pertence a memória do regime colonial e a memória dos moçambicanos influenciadas por um grupo de elite da classe política.

#### **5.4. As “omissões” do património cultural na Fortaleza de Maputo**

Nesta secção descrevo os aspectos que os visitantes afirmam fazer falta na Fortaleza com relação aos feitos, conquistas e objectos dos moçambicanos. O exemplo abaixo menciona esse aspecto,

*“É importante que a Fortaleza seja um espaço não apenas para transmitir uma história, mas também para trazer as histórias alternativas..., contar a história da reacção dos moçambicanos a ocupação, as armas usadas naquele tempo e as imagens dos guerreiros no momento de acção na guerra”* (Marcelo, estudante, residente na Cidade da Matola, natural de Gaza, entrevista na Fortaleza, no dia 25.08.2016).

A partir do exemplo do Marcelo podemos perceber que, faltam histórias alternativas sobre a Fortaleza de Maputo. Por sua vez, afirma que nas histórias alternativas inclui contar sobre a reacção dos moçambicanos a ocupação, as armas e as imagens dos guerreiros no momento de acção no período de guerra. A semelhança do Marcelo, André afirmou o seguinte,

*“A Fortaleza é um orgulho moçambicano, sentiria mais orgulho se esta instituição que protege a Fortaleza contasse o outro lado da história escrita sem influência portuguesa”* (André, estudante, residente no bairro Central B, natural da Zambézia, entrevista na residência da UEM, no dia 22.10.2016).

André defende que há falta de uma parte da história que precisa ser contada pela instituição que protege a Fortaleza e escrita pelos moçambicanos. Informação similar é anunciada por um visitante, como apresentado a seguir,

*“A Fortaleza é um bem necessário para o turismo moçambicano, e é importante que comecemos a escrever outra parte da história deste lugar que também seja reflectida a partir das imagens de Moçambique”* (Depoimento de um visitante retirado do Livro de Sugestões, 08.09.2016).

Para o visitante, falta na Fortaleza uma parte da história que ainda não foi escrita e apela para que a mesma seja escrita e que também, seja reflectida a partir da exposição das imagens de Moçambique na Fortaleza.

Em uma conversa entre os participantes da cerimónia em celebração ao dia das forças armadas de Moçambique os visitantes afirmavam que gostariam de ver na Fortaleza representações da actualidade,

*“Esta sala esta muito vazia, esses quadros nem são notáveis deviam colocar mais obras, esculturas e imagens de nossos militares actuais”* (Participantes da cerimónia, conversa na Fortaleza no dia 25.09.2016).

Os visitantes entraram num dos compartimentos da Fortaleza e notaram a ausência de objectos e sugeriram a colocação de obras, esculturas e imagens de militares actuais de Moçambique. Outro discurso é apresentado por Fátima,

*“Uma vez, eu estava a ler os livros que estão na biblioteca da Fortaleza, achei muito interessante porque há vários livros que contam a história do período de ocupação e colonização portuguesa e nos livros falam muito dos militares das lutas por parte dos moçambicanos e também falam das armas que usávamos...está a faltar exposição dessas armas, vestes e estatuas nas paredes e nas salas da Fortaleza”* (Fátima, estudante, residente no bairro Alto Maé, natural de Inhambane, entrevista na residência da UEM, no dia 22.10.2016).

De acordo com Fátima, na fortaleza há informação escrita sobre os militares e as armas que os moçambicanos usavam na época da guerra, mas há escassez dessas armas, vestes e estátuas em exposição na Fortaleza. Outro visitante teve um posicionamento similar,

*“Só lamento não ter encontrado, mas evidências da nossa história (onde estão os objectos que faltam). Gostaria que a Fortaleza colocasse em exposição as armas antigas usadas pelos moçambicanos”* (Depoimento de uma visitante retirado do Livro de Sugestões, 08.09.2016).

O depoimento acima permite perceber que, a Fortaleza omitiu a informação da história de Moçambique a partir da exclusão de objectos como armas antigas usadas pelos militares moçambicanos. A semelhança do exemplo acima, outra visitante partilhou o seu entendimento,

*“Saudações pelo trabalho que visa divulgação do património e história de Moçambique, sugerimos que se prossiga com acções visando tornar mais atractivo a Fortaleza, trazendo mais sobre os aspectos da nossa cultura de modo a atrair ainda mais a curiosidade dos visitantes sobre os aspectos culturais de nossa terra. Parabéns”* (Depoimento de uma visitante retirado do Livro de Sugestões, 08.09.2016).

Neste exemplo, a visitante reforça a ideia de existência de poucos objectos ou aspectos da cultura moçambicana na Fortaleza, quando afirma que há necessidade de trazer mais sobre aspectos da cultura do país. A inclusão de informação sobre a cultura moçambicana, dará maior credibilidade a cultura de Moçambique e será um motivo para atrair a curiosidade dos indivíduos que frequentam a Fortaleza.

A partir dos dados apresentados nesta parte do trabalho é possível perceber que os visitantes reclamam a omissão de objectos usados pelos moçambicanos no período de colonização na Fortaleza. Eles afirmam que faltam na Fortaleza a exposição das armas, vestes e estátuas antigas dos guerreiros ou militares, e também afirmam que poderiam colocar imagens dos militares da actualidade.

Para além dos objectos que faltam os participantes referiram que a instituição que protege a Fortaleza, tem que apresentar memórias alternativas com relação a Fortaleza e, essa outra informação tem que ser escrita pelos próprios moçambicanos sem influência portuguesa.

Como referem alguns autores analisados, os indivíduos que no passado foram silenciados pelos discursos dominantes procuram difundir memórias por eles escritas (Abreu 2008; Inguane 2007; Johnston 2014; Peralta 2007). Diferentemente das explicações desses autores, percebo que os indivíduos procuram difundir a história sobre o passado na qual eles identificam-se.

Percebo ainda que os visitantes reclamam mais objectos da cultura moçambicana para tornar mais atractiva a Fortaleza por meio de objectos nacionais. Estes discursos realçam aspectos identitários que os indivíduos produzem na sua interacção com a Fortaleza.

### **5.5. A Fortaleza de Maputo como retrato da conquista de Moçambique**

Na presente secção analiso a Fortaleza como um espaço onde os visitantes contemplam a sua história, como um ponto referencial para Moçambique. A este propósito o Victor disse,

*“A Fortaleza representa para Maputo e principalmente para Moçambique um espaço histórico e é importante porque representa a nossa história e temos que cuidar porque nossos filhos precisam conhecer essa história quando os portugueses estavam aqui”* (Victor, trabalhador, residente no bairro do Benfica, natural de Maputo, conversa na Fortaleza, no dia 13.10.2016).

Victor defende que a Fortaleza representa a história dos moçambicanos e o lugar tem que ser preservado porque é importante para o país e também, tem que ser preservada para que gerações posteriores conheçam essa história. Outra afirmação é apresentada por uma visitante,

*“É impressionante como a Fortaleza de Maputo nos remete a história e cultura do país, é excelente e fundamental conhecer a história para preparar o futuro”* (Depoimento de uma visitante retirado do Livro de Sugestões, 08.09.2016).

De acordo com a visitante, a Fortaleza é uma referência a história e cultura nacional, o que demonstra o valor da Fortaleza para Moçambique e também para o futuro deste país. Os participantes afirmam que o facto de a Fortaleza estar no território moçambicano representa assim a história dos moçambicanos, tal como mostra o exemplo que segue,

*“A Fortaleza é um espaço essencial de uma história que aconteceu no espaço moçambicano e merece ser conservada”* (Marcelo, estudante, residente na Cidade da Matola, natural de Gaza, entrevista na Fortaleza, no dia 25.08.2016).

A partir do exemplo do Marcelo podemos perceber que a Fortaleza representa uma história que aconteceu em Moçambique, esse aspecto torna a história da Fortaleza de Maputo essencial para os moçambicanos e merece ser preservada. Afirmção similar é apresentada por André, como apresentado a seguir,

*“A Fortaleza é um orgulho moçambicano porque está no território moçambicano, as imagens contam a história que aconteceu no nosso território...para uma melhor representação do nosso país na Fortaleza, deve reflectir-se também a partir das imagens, deviam colocar as nossas armas tradicionais dos nguni, vutua que dignificam a nossa cultura”* (André, estudante, residente no bairro Central B, natural da Zambézia, entrevista na residência da UEM, no dia 22.10.2016).

André explica que, como a Fortaleza está no território moçambicano é um motivo de orgulho para Moçambique e as imagens expostas na Fortaleza são o reflexo dessa história que aconteceu no espaço nacional.

Os dados analisados nesta secção permitiram compreender a Fortaleza como um lugar que os indivíduos sentem orgulho, considerando que o facto de a Fortaleza estar no espaço moçambicano representa o património cultural dos moçambicanos. Os participantes consideram que a Fortaleza é importante e essencial para os moçambicanos, por esse motivo, o lugar tem que ser preservado para que as gerações posteriores conheçam esse património cultural do período de colonização de Moçambique.

## **6. Considerações Finais**

A presente pesquisa analisou discursos de um grupo de visitantes sobre a Fortaleza de Maputo. Da literatura analisada sobre o património cultural identifiquei três perspectivas das quais, a primeira entende que o museu é um lugar onde a memória permanece sem alterações, o que leva-a a ser considerada estática, a segunda entende que a memória é reconstruída a cada dia o que torna-a dinâmica e a terceira entende o museu como um lugar de questionamentos.

Essa literatura se por um lado permite compreender que o património cultural é um lugar que predomina uma história única, estática, um lugar dinâmico em que a memória é reconstruída a cada dia e um espaço de questionamento, por outro lado fica por compreender discursos que os indivíduos produzem na interacção com esse património.

Face às referidas limitações, fiz uma pesquisa etnográfica entre um grupo de indivíduos que frequentam a Fortaleza de Maputo recorrendo as ideias da teoria interpretativista de Bispo (2010) que analisa como os indivíduos moldam os significados a partir de fenómenos que acontecem no processo de interacção social.

Com base no material etnográfico analisado percebi que os participantes consideram que a Fortaleza constitui uma memória favorável aos portugueses, porque a maior parte do património ali exposto foi usado pelos portugueses e é omissa quanto a história dos moçambicanos, porque faltam exposições dos feitos, conquistas e objectos moçambicanos. Outros consideram que a história da Fortaleza de Maputo representa a história que sucedeu no espaço moçambicano, o que torna em um património que representa os moçambicanos.

Esses resultados mostram os discursos sobre um bem patrimonial que vão para além do aspecto material existente na Fortaleza, e mostro as componentes intangíveis que são os conhecimentos que os indivíduos mencionam baseados na sua memória relativamente ao património exposto na Fortaleza de Maputo e que refletem a diversidade de narrativas sobre o mesmo.

De modo geral, os resultados apresentados permitem considerar a Fortaleza como um espaço onde convivem narrativas concorrentes sobre o património ali presente, diferentemente da

literatura que analisa o património como algo estático ou que tem diversidade apenas ao longo do tempo.

O presente projecto de pesquisa de carácter exploratório, abre linhas que podem ser aprofundadas futuramente. Especificamente pesquisas futuras podem aprofundar questões como essas narrativas são construídas e processos de negociações das narrativas entre os visitantes e a instituição que tutela o museu.

Os resultados deste estudo podem ser usados para a compreensão do Património Cultural num espaço de diversidade, onde num mesmo tempo pode haver a possibilidade de as pessoas terem formas distintas de entendimento de um bem patrimonial o que permite alargar a compreensão sobre a Fortaleza.

## Referências

ABREU, R.(2008) “Tal antropologia qual museu?”, *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Suplemento 7, pp. 121-143.

ANICO, M. (2005). “A Pós-Modernização da Cultura: Patrimônio e Museus na Contemporaneidade” *Horizontes Antropológicos*, Vol. 11, Nº. 23, pp. 71-86.

AZEVEDO, S. (2013). *Formação discursiva e discurso em Michael Foucault*. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Vol 6, nº2. Pp 149-162.

BARRETO, I. (2007). *Mouzinho de Albuquerque e Ngungunhana: um estudo de caso do processo de construção de heróis nacionais em Portugal e Moçambique*. Rio de Janeiro, pp 1-176.

BISPO, M. (2010). “*Um Dialogo entre os Paradigmas da Teoria Crítica e Interpretativista no Contexto da Organizações: Uma Proposta Baseada no Conceito de Prática*”. XXXIV Encontro da ANPAD, Pp. 1-15

BOTELHO, J. (1934). *História Militar e Política dos Portugueses em Moçambique*. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial

BOURDIEU, P. (1989). *O Poder Simbólico*. Editora Bertrand Brasil S.A. Disponível em: <<http://www.4shared.com/>> consultado a 6 de Setembro de 2016.

CONNERTON, P. (1989). *How Societies Remember*. Cambridge: Cambridge University Press. Disponível em: <http://www.cambridg.org> consultado a 17 de Novembro de 2016. Pp. 6-41

DEZAN, A. (2011). *O discurso como prática social: papel do discurso no processo de interação das organizações*. Universidade Estadual de Londrina. Pp 1-14.

DUARTE, A. (2013). “Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora” in: *Revista em Museologia e Património*. Universidade de Porto. Pp. 99-117

FOUCAULT, M. (1997). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal. Pp. 1-9

FRAGA, L. (2008). *A guerra de África em 1895: Uma leitura estratégica*. Portela de Sacavém. Pp 1-41.

GEERTZ, C. (1989). “Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura” in: *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora. Pp. 13-41

GONÇALVES, J. (2007). “Antropologia dos Objectos: Coleções, Museus e Patrimónios” in: *Revista do Património*. Rio de Janeiro: 2ª Edição UFRJ/SPHAN. Pp. 192-209

HALBWACHS, M. (1992). “The Social Frameworks of Memory” in: *L. A. Coser, On Collective Memory*. Chicago, London: University of Chicago Press.

INGUANE, C. (2007). *Negotiating Social Memory in Postcolonial Mozambique: The Case of Heritage Sites in Mandhlakazi District*. Johannesburg: University of the Witwatersrand.

JOHN, N. (2012). *Identificação, Valorização e Preservação do Património Histórico e Cultural*. Rio Grande: Anpuhrs, Pp. 320-336

JOHNSTON, C. (2014) “Inhabiting Place: Social Significance in Practice in Australia” *Journal of Preservation Technology*, Vol. 45, N°. 2/3, Pp. 39-47

KARLSTROM, A. (2013). “Local heritage and the problem with conservation”. University of Queensland, Brisbane. Pp. 140-155

MATTOSO, J. (1998). *A Identidade nacional*. Lisboa: Editorial Estampa

Moçambique. Lei nº 10/88 de 22 de Dezembro de 1998. Determina a protecção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano. *Boletim da República*. Disponível em [www.wipo.int/edocs/lexdocs/pt/mz](http://www.wipo.int/edocs/lexdocs/pt/mz) consultado a 4 de Abril de 2016.

NORA, P. (1989). “Entre memória e história: a problemática dos lugares” in: *História*. São Paulo: Departamento de História de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/ PUC-SP.26: 7-24

OLIVEIRA, O. (1965). “Breve Notícia Sobre a História da Fortaleza De Nossa Senhora da Conceição” in: *Separata do Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*.

PERALTA, E. (2007). “Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica” in: *Antropologia, Escala e Memória, Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa*. Oeiras, Celta 2: 4-23

PORTO EDITORA. (2003). “*Dicionário de Língua Portuguesa-Dicionário Editora*”, Porto Editora Lda.

QUIVY, R. & VAN, C. L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva

RODRIGUES, D. (2011). Património cultural, Memória social e Identidade: Uma Abordagem Antropológica. São Paulo: Editora Santuário. Pp. 1-8

SANTOS, M. & BARRERA, S. (2015). *Escritas de textos narrativos sob diferentes condições de produção*. São Paulo: RQABPEE, Vol. 19. Pp 254-270.

SILVA, S. (2012). “*Patrimonialização, cultura e desenvolvimento. Um estudo comparativo dos bens patrimoniais: mercadorias ou bens simbólicos*”. Brasília. Anais I Circuito de Debates Académicos IPEA e Associação de Pós-graduação em Ciências Humanas,

SOBRAL, J. M. (2006). *Memória e Identidade nacional: Considerações de carácter geral e o caso português*. Lisboa: ISCTE. Pp. 1-31

SMITH, A. (1997). *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva.

WAHOME, E. KIRUTHU, F. E MWANGI, S. (2016). “Tracing a forgotten heritage: the place of Mau Mau memory and culture in Kenya”. Anne-Marie Deisser, Mugwima Njuguna in: *Conservation of Natural and Cultural Heritage in Kenya*. UCL Press. Pp 211-226